



## **CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO E URBANIZAÇÃO NAS CIDADES MÉDIAS GAÚCHAS: ALTERAÇÕES NA DINÂMICA URBANA REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL**

Rogério Leandro Lima da Silveira

Fernanda Teixeira Jardim

### **RESUMO:**

As cidades médias vêm se destacando na atualidade em decorrência do seu crescimento populacional e pelas novas funções que estas exercem, especialmente, como articuladoras da desconcentração da atividade econômica e dispersão da população, na medida em que contribuem para o desenvolvimento das aglomerações urbanas não metropolitanas e da rede urbana. Este estudo apresenta uma análise das cidades médias do Rio Grande do Sul, trazendo o debate sobre os processos de urbanização e de concentração populacional, avaliando o contexto regional. Foram analisados os dados demográficos dos municípios do RS, com ênfase no crescimento populacional no período de 2000 a 2010. Identificou-se um processo de concentração populacional em aglomerados urbanos e em cidades de maior porte. Além da região metropolitana de Porto Alegre, com a maior concentração populacional, há uma polarização da urbanização sobre o território, cuja distribuição espacial se dá muito em função das cidades médias não metropolitanas. Os dados analisados apontam que as cidades médias obtiveram um aporte populacional considerável nas últimas décadas, o que nos leva a refletir sobre as transformações do espaço urbano que estas experimentam, considerando que o tamanho demográfico propicia maior intensidade e complexidade na dinâmica socioespacial dos espaços intra-urbanos dessas cidades. O crescimento demográfico, econômico e urbano experimentado por essas cidades, tem também contribuído para alterações na dinâmica urbana regional do estado do Rio Grande do Sul, bem como na dinâmica de organização e funcionamento da sua rede urbana.



**Palavras chaves:** Crescimento demográfico, Cidades médias, Urbanização, Dinâmica Urbana do Rio Grande do Sul.

## Introdução

Alguns estudos e reportagens vêm destacando o papel das cidades médias brasileiras na atualidade, demonstrando o seu crescimento, tanto em número, quanto em população, e sua importância no processo de desconcentração da urbanização e da população e das atividades metropolitanas a medida que as cidades médias tem crescentemente atraído investimentos de capital e migrações populacionais. Somando-se ainda o ideário de uma melhor qualidade de vida existente nestas cidades, comparada a das grandes metrópoles, através de menores índices de criminalidade, de poluição, menor tempo nos deslocamentos, custo de moradia mais acessível e maior oferta de áreas verdes. Além disso, tais cidades, também possuem vantagens, muitas vezes escassas nas pequenas cidades, como o acesso à cultura, à educação e à oferta de empregos.

No Brasil, conforme dados do IBGE, os municípios que mais cresceram em população, de 2000 a 2010, foram aqueles com porte entre 100 a 500 mil habitantes<sup>1</sup>. Crescimento esse, que caracteriza tais municípios como urbanos, dada as suas expressivas taxas de urbanização.

Estas cidades possuem, assim, um grande potencial para expansão urbana, densificação e de desenvolvimento urbano, contudo, possuem o grande desafio de enfrentar os problemas urbanos, típicos das grandes metrópoles. Com o aumento populacional, tende-se a agravar, as desigualdades socioespaciais, o déficit habitacional, os quadros de degradação ambiental e a precariedade na infraestrutura urbana.

---

<sup>1</sup> Municípios com população entre 100 a 500 mil habitantes tiveram um percentual de crescimento populacional ao ano de 1,60%, seguido pelos municípios com 50 a 100 mil habitantes, com 1,40%, os de 20 a 50 mil, com 1,12%, os com mais de 500 mil habitantes, com 1,07% e os com menos de 20 mil habitantes, com 0,63% (IBGE, dados censo 2000 e 2010).



Além disso, as cidades médias são de fundamental importância para um maior equilíbrio na estruturação e funcionamento da rede urbana, ao desempenharem papéis de geração e intermediação dos diversos fluxos (populacionais, de mercadorias, de capitais, informações, ideias, entre outros), que circulam no espaço geográfico, notadamente, nas escalas regional e nacional, entre elas, cidades médias e as cidades menores e as áreas rurais que constituem sua região de influência. Mas também, entre elas e as grandes cidades e metrópoles urbanas localizadas no espaço geográfico estadual e nacional. Assim, além dos problemas decorrentes do processo de urbanização, é necessário compreender também as funções destas cidades num contexto mais amplo, para além dos seus limites intraurbanos.

Este trabalho propõe contribuir no debate sobre as cidades médias e seu processo de urbanização, focando nos processos de concentração populacional do Rio Grande do Sul (RS), de forma a identificar o papel destas cidades no contexto regional, e sua representatividade na dinâmica urbana estadual. Para tanto, será analisado o crescimento demográfico dos municípios do Rio Grande do Sul, considerando a sua população total, com ênfase no período de 2000 a 2010 com o objetivo de identificar os padrões de concentração populacional, conforme o porte do município e sua localização no território do Rio Grande do Sul.

## 1- Cidades Médias: Breve definição

No âmbito das ciências sociais, e diante do atual conteúdo técnico, científico e informacional do espaço geográfico, não há um consenso quanto à definição conceitual de cidades médias. Em geral, considera-se como variável relevante o seu porte populacional. Tais cidades são também definidas por suas características funcionais ou ainda por seu papel, como elo de ligações entre centros locais e centros globais, na rede mundial de cidades (BRANCO, 2007).

Ainda, Amorrim Filho e Serra (2001,p.2), destacam:

Diferentemente do fenômeno metropolitano, cujas especificidades bem demarcadas ensejaram a própria institucionalização desses territórios em muitos países, as definições de cidades médias sujeitam-se muito mais aos objetivos de seus pesquisadores ou dos promotores de políticas públicas.



Relevante enfatizar que quanto maior o tamanho demográfico do município, especialmente de sua população urbana, maior a dimensão e complexidade do seu processo de urbanização. Seja ampliando-se espacialmente, tanto horizontal quanto verticalmente, quanto ampliando e diversificando sua economia urbana. Também indica, para um mesmo contexto regional de renda e padrão cultural, atividades econômicas mais complexas, envolvendo a cidade e seu espaço de relações, propiciando o desenvolvimento de especializações produtivas e das funções urbanas. Por sua vez, o desenvolvimento das funções urbanas suscita o aumento demográfico e a multiplicação das atividades não básicas ou das existentes (CORRÊA, 2007). Assim, Corrêa (2007) afirma que é necessário considerar para qualificação das cidades médias a combinação de três pontos: tamanho demográfico, funções urbanas e organização do espaço intra-urbano.

O critério de definição quanto ao tamanho demográfico toma como base a população urbana como *proxy* do tamanho do mercado local, assim como um indicador para o nível de infraestrutura existente e grau de concentração das atividades. Nesta direção, embora possa ser questionável os limites demográficos máximos e mínimos de um certo conjunto de cidades, há parâmetros em cada período histórico, que são definidos para as mais variadas regiões do mundo (AMORRIM FILHO; SERRA, 2001)

Para as análises e objetivos do presente artigo, será utilizada a classificação de porte médio o município que contem população total entre 100 mil a 500 mil habitantes, conforme definição utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

## **2- Cidades médias e o processo de urbanização brasileiro**

O processo de urbanização brasileiro, intensificado a partir dos anos 70, com o avanço da industrialização, alcança praticamente todo o território, desdobrando-se em uma ampla rede, que inclui, além das metrópoles nacionais, metrópoles regionais, cidades médias e núcleos urbanos. O êxodo rural alimentou um crescimento demográfico de inúmeros núcleos urbanos, formando uma distribuição relativamente desconcentrada, configurando um quadro bastante complexo, onde aglomerações de



diferentes tamanhos se somam às metrópoles, que ainda se constituem no elemento dominante do sistema urbano (BARCELLOS; MAMMARELLA, 2010).

Neste período, as cidades médias despontam como uma alternativa para a difusão do desenvolvimento econômico do país e dispersão da população, visando a retração do fenômeno metropolitano. Assim, ganham atenção no cenário político e de programas governamentais, que foram materializados no II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil), em 1975. Já nas décadas seguintes, há uma descontinuidade na elaboração e implementação de tais programas, devido a mudanças de interesses da política governamental, que privilegiou o planejamento setorial (BRANCO, 2007).

Com os conhecimentos adquiridos na década de 70, sobretudo com as experiências pioneiras francesas de planejamento, Amorim Filho e Serra (2001, p.9), assim pontuam os atributos que qualificariam as cidades médias na época:

- interações constantes e duradouras tanto com seu espaço regional subordinado quanto com aglomerações urbanas de hierarquia superior;
- tamanho demográfico e funcional suficiente para que possam oferecer um leque bastante largo de bens e serviços ao espaço microrregional a elas ligado; suficientes, sob outro ponto, para desempenharem o papel de centros de crescimento econômico regional e engendrarem economias urbanas necessárias ao desempenho eficiente de atividades produtivas;
- capacidade de receber e fixar os migrantes de cidades menores ou da zona rural, por meio do oferecimento de oportunidades de trabalho, funcionando, assim, como pontos de interrupção do movimento migratório na direção das grandes cidades, já saturadas;
- condições necessárias ao estabelecimento de relações de dinamização com o espaço rural microrregional que o envolve; e
- diferenciação do espaço intra-urbano, com um centro funcional já bem individualizado e uma periferia dinâmica, evoluindo segundo um modelo bem parecido com o das grandes cidades, isto é, por intermédio da multiplicação de novos núcleos habitacionais periféricos.

Na década de 90, com as transformações alavancadas pelo processo de globalização, pelas novas dinâmicas produtivas, com a abertura econômica e os novos processos tecnológicos e de comunicação, o território e a urbanização ganham novas dimensões, produzindo uma nova hierarquia urbana. Este processo, que acentua o poder de polarização das grandes aglomerações urbanas, atinge também toda a rede urbana e recoloca em evidência as cidades médias (BRANCO, 2007).



Neste sentido, Amorim Filho e Serra (2001) afirmam que as cidades médias apresentam novas funções, somadas as já conhecidas desde a década de 70, que surgiram em decorrência do processo denominado de globalização ou mundialização. Uma destas funções está relacionada ao seu papel privilegiado como articuladora nos eixos ou corredores de transportes e desenvolvimento; a outra se refere a sua participação como estruturadora de redes de todo o tipo, as quais possuem uma base espacial e, por fim; no desenvolvimento de redes tecnológicas, sediando polos tecnológicos.

Os autores relatam, ainda, a influencia de novos paradigmas da modernidade, cujas cidades médias encontram-se em situação privilegiada para atenderem (AMORIM FILHO; SERRA, 2001, p.30):

- o primeiro cobre as várias condições que possibilitam uma boa “qualidade de vida”, para a maior parte dos homens em um determinado lugar;
- o segundo inclui as questões entrelaçadas do “patrimônio”, principalmente histórico-urbano, e da busca crescente de “identidade”, por parte dos mais diferenciados grupos humanos, o que apresenta dificuldades tanto maiores, quanto maiores são as aglomerações urbanas; e
- o terceiro envolve os temas, também intimamente interligados, das “percepções, valores, motivações e preferências” sociais e individuais, aspectos altamente correlacionados com a intensidade e o direcionamento dos “fluxos turísticos” de massas humanas cada vez maiores.

Inegavelmente, as cidades de porte médio, independente dos critérios de definição conceitual, representam importantes espaços no âmbito das redes urbanas. Constituem-se num elemento estruturador para o equilíbrio do sistema urbano, a partir do momento que possuem o potencial para diminuir as disparidades regionais, além de proporcionar uma melhor qualidade de vida a seus habitantes.

### **3- Cidades médias e o processo de urbanização no Rio Grande do Sul**

#### **3.1 Breve panorama histórico da urbanização do Rio Grande do Sul**

O estado do Rio Grande do Sul foi apresentando, ao longo do seu processo histórico de formação territorial, alterações em sua configuração espacial e em sua dinâmica de desenvolvimento urbano.



Inicialmente, a primeira etapa de sua formação foi ao sul, através de usos do território caracteristicamente agrários, onde predominavam a grande propriedade, a pecuária e a lavoura de arroz (ALONSO; BANDEIRA, 1990). A rede urbana do sul, com um número reduzido de centros (embora de maior dimensão) e com poucos níveis de hierarquização, contava com o poder polarizador da economia do charque (produção, comercialização e exportação), que se dava nas cidades de Pelotas e Rio Grande, se constituindo na porção mais dinâmica da economia até a metade do século XIX (SOARES, 2011). A região norte, nesta época, era economicamente mais atrasada. Porto Alegre, principal núcleo urbano da região e Capital da Província, com funções predominantemente administrativas, não conseguia disputar, em termo de dinamismo econômico, com a região Sul (ALONSO; BANDEIRA, 1990).

A região norte passa a ter um maior desenvolvimento econômico a partir da segunda metade do século XIX com a imigração alemã e italiana. Organizada a partir da pequena propriedade e da produção agrícola diversificada, a rede urbana se formou com um número maior de núcleos urbanos, embora com predominância de pequenos centros, e teve como núcleos principais as cidades de São Leopoldo (colonização alemã) e Caxias do Sul (colonização italiana) (SOARES, 2011). A colonização favoreceu a ascensão de Porto Alegre como principal centro econômico do Estado. Era o ponto de exportação dos produtos coloniais para o centro do país e o centro atacadista de produtos manufaturados importados (ALONSO; BANDEIRA, 1990).

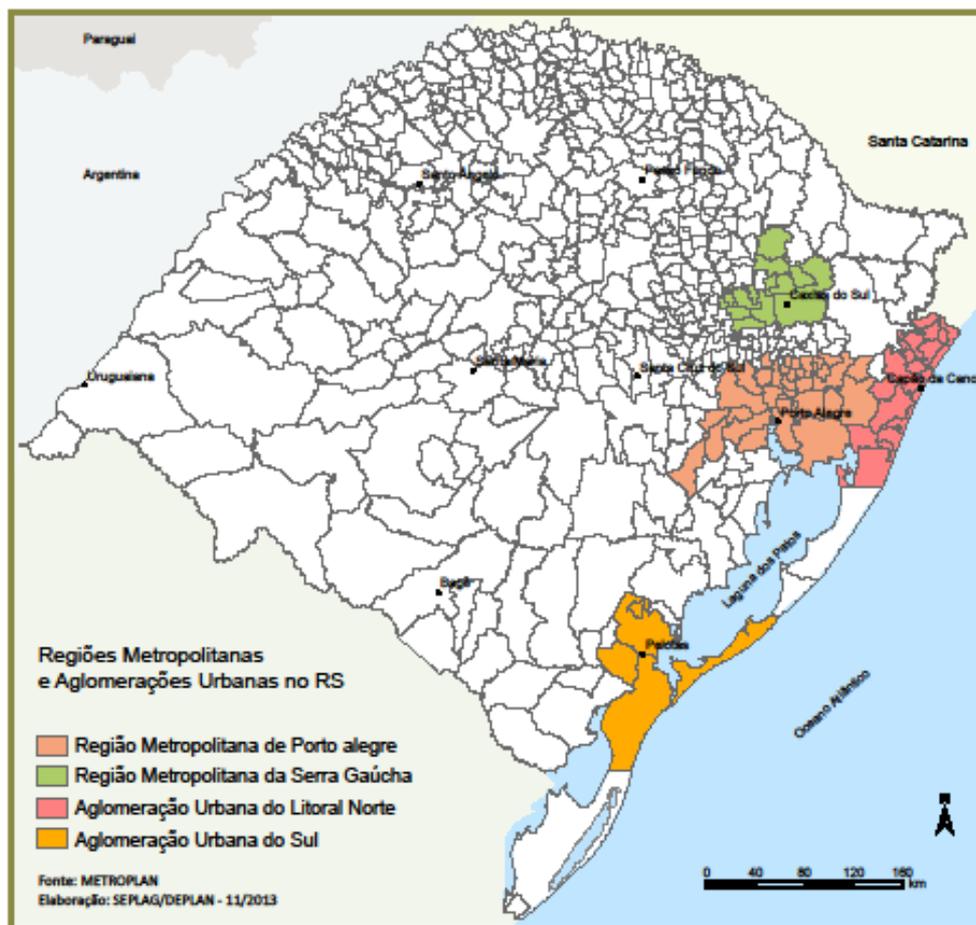
Já em meados do século passado, verificava-se o declínio e estagnação da pecuária sulina, que foi fortalecido com o surgimento da indústria. Já delineando uma das principais características da futura configuração espacial da economia gaúcha, “*um norte mais dinâmico e economicamente mais diversificado e um sul de crescimento lento e de estrutura produtiva mais especializada*” (ALONSO; BANDEIRA, 1990, p.74).

A grande mudança na configuração espacial da economia gaúcha ocorreu ao longo da segunda metade do século passado, com a crescente industrialização, que se concentrou a nordeste, no eixo Porto Alegre-Caxias do Sul, caracterizada por grandes aglomerações urbanas, que foram se formando à medida que as atividades agrícolas se tornavam menos expressivas (ALONSO; BANDEIRA, 1990). O



crescimento populacional se concentrou, assim, a nordeste, formando ao longo do tempo três aglomerações urbanas: A região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), polarizada pela capital Porto Alegre, a Região Metropolitana da Serra Gaúcha (RMSG), sob a influência da cidade de Caxias do Sul, importante polo industrial e de polo de serviços dessa região, e a aglomeração do Litoral Norte (AULINORT), resultado do intenso processo de urbanização das cidades do litoral norte, sob o comando comercial e de serviços de Capão da Canoa e Torres. Ao sul, de estrutura regional preeminente agrária, mas com ativa economia urbana de comércio e serviços em Pelotas, e indústria, em Rio Grande, constitui-se a Aglomeração Urbana do Sul (AUSUL), como mostra o mapa 01.

**Mapa 01 - Regiões Metropolitanas e Aglomerações no RS**



Fonte: Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul.



Além dessas aglomerações urbanas institucionalizadas (mapa 01), Alonso (2009) afirma que há a emergência de pelo menos mais duas outras aglomerações não metropolitanas descontínuas, uma sobre o comando de Santa Maria e outra na cidade de Passo Fundo. O autor relata que tais cidades, apesar de não configurarem uma conurbação com as cidades do seu entorno, apresentam outras relações que foram consideradas no seu estudo: “observam-se fortes laços de integração, revelados pelos movimentos pendulares com a finalidade de estudo e/ou trabalho e também pelos fluxos de passageiros das linhas regulares de transporte coletivo intermunicipal” (ALONSO, 2009, p.1).

Há também outras aglomerações em formação, uma constituída pelas cidades de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires, Lajeado e Estrela, vinculada ao processo de desconcentração metropolitana de Porto Alegre e outra representada pelos Municípios de Ijuí, Santo Ângelo, Cruz Alta, Panambi, Santa Rosa e Horizontina. Conforme Alonso (2009) o estudo realizado pelo IPEA, IBGE e UNICAMP (2000) considerou estes centros urbanos, respectivamente, como Aglomeração Metropolitana Expandida e Aglomeração Descontínua, no entanto, alerta sobre a necessidade de avaliação destas estruturas e recortes territoriais, tendo em vista que as análises foram realizadas a mais de uma década.

### **3.2 As cidades médias no contexto da urbanização do Rio Grande do Sul**

A urbanização do Rio Grande do Sul seguiu a tendência da urbanização brasileira<sup>2</sup>, passando de uma maioria rural em 1940 (68,80%), para uma população predominantemente urbana, em 2010, com 85,10% dos seus habitantes vivendo em áreas urbanas. O fenômeno da urbanização se acentuou, ainda, com o expressivo aumento da população, que passa de 3.320.689 habitantes, em 1940, para 10.693.929 em 2010. Assim, dois fatores foram determinantes sobre o processo de urbanização: o êxodo rural e as altas taxas de natalidade (ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RS, 2017).

As taxas de crescimento anual da população, bastante altas até a década de 60, vêm diminuindo o seu ritmo de crescimento. A última década (2000 a 2010) revela

---

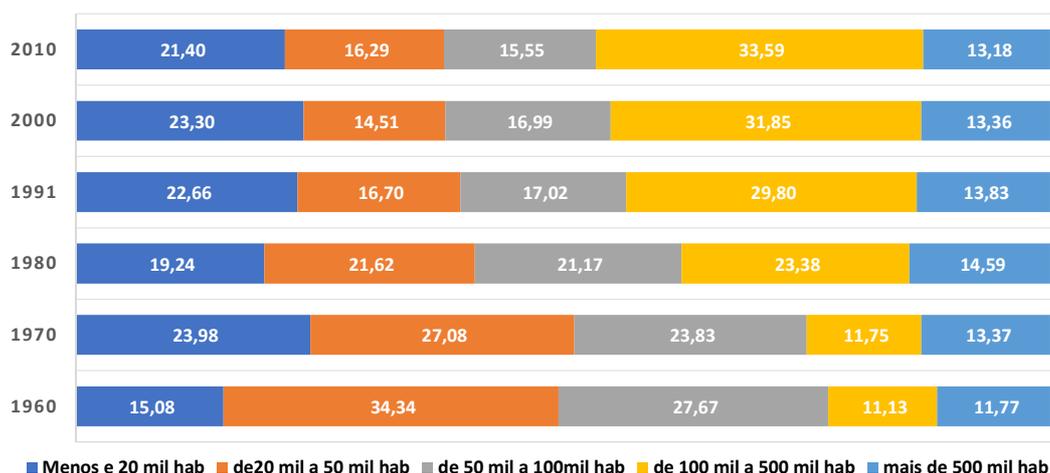
<sup>2</sup> Em 1940, a população do Brasil era de 41.236.315 habitantes, sendo 31,24% urbana. Em 2010, a população do Brasil passou para 190.755.799, sendo 84,36% urbana (IBGE,2010).



uma queda mais acentuada na taxa do Rio Grande do Sul, se destacando como o menor valor entre os estados brasileiros, com índice de 0,49%, sendo que no mesmo período, o Brasil conta com uma taxa de crescimento de 1,17% ao ano. O fator preponderante para este fenômeno é a queda da taxa de fecundidade, além da contribuição das taxas de emigração, que superam as de imigração (ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RS, 2017).

Com relação à distribuição espacial da população do Estado, conforme demonstra o gráfico 01, verifica-se que a partir da década de 80, houve uma crescente concentração da população nas cidades de médio porte, com população entre 100mil a 500mil habitantes. Percebemos que neste período, a capital Porto Alegre, representando o único município acima de 500 mil habitantes, teve uma pequena diminuição do seu índice, no entanto, o conjunto das cidades com população abaixo de 100mil habitantes foi o que teve a maior perda na representatividade da população total do Estado. Estas possuíam, em 1960, 77,10% da população total do Estado e em 2010 este percentual caiu para 53,23%.

**Gráfico 1 - Distribuição percentual da população segundo tamanho de município, Rio Grande do Sul - 1960 a 2010**



Fonte de dados brutos: IBGE, sinopse do Censo Demográfico de 2010.



Conforme o último censo demográfico de 2010, o Estado do Rio Grande do Sul possui 496 municípios<sup>3</sup>, sendo que destes somente 18, incluindo aqui Porto Alegre, possuem população acima de 100 mil habitantes, mas concentram 46,77% da população. Assim, podemos constatar que a população encontra-se altamente concentrada em poucos municípios. Destaca-se, ainda, que nestes municípios, o grau de urbanização atinge índices mais elevados, assim, contam com 53% da população urbana total do Estado (Porto Alegre representa 15% deste índice).

Atualmente, dos 17 municípios com população entre 100 a 500 mil habitantes, 8 pertencem a região Metropolitana de Porto Alegre, demonstrando a concentração populacional metropolitana, fenômeno que ocorreu nas décadas anteriores, sobretudo nas cidades limítrofes a Porto Alegre (Canoas, Alvorada, Viamão, Cachoeirinha/Gravataí) e no eixo metropolitano em direção a Caxias do Sul (Sapucaia do Sul, São Leopoldo e Novo Hamburgo) – gráfico 2<sup>4</sup>. Além do fenômeno metropolitano, muitas cidades médias despontam como grandes concentradores populacionais, como no caso de Caxias do Sul, que ao longo das décadas supera a população de Pelotas. Analisando os gráficos 2 e 3, com a demonstração da evolução populacional das cidades de porte médio do Rio Grande do Sul e sua localização (metropolitana ou não), verifica-se:

- a) Em 1970, haviam 5 cidades com população acima de 100 mil habitantes, além da capital Porto Alegre, que contava com 885.545 habitantes. A maior era Pelotas, que possuía mais de 200 mil habitantes, seguido por Santa Maria, Canoas (a única da RMPA), Caxias do Sul e Rio Grande;
- b) Em 1980, são 11 cidades que chegam ao porte de 100 mil habitantes. Entram nesta categoria as cidades de Passo Fundo e Bagé, além de 3 municípios da RMPA: Gravataí, Viamão e Novo Hamburgo. Pelotas continua contendo a população mais alta, com cerca de 260 mil habitantes. Caxias e Canoas superaram a população de 200 mil habitantes;
- c) Em 1991, entram para a categoria mais 5 cidades: Uruguaiana e Santa Cruz do Sul e mais 3 da RMPA: São Leopoldo, Alvorada e Sapucaia do Sul. Percebe-se que

<sup>3</sup> Atualmente o Estado possui 497 municípios, contando com a emancipação de Pinto Bandeira, em 2013, que pertencia à cidade de Bento Gonçalves.

<sup>4</sup> Para as análises dos gráficos 2 e 3 utilizamos a denominação de municípios metropolitanos aqueles pertencentes somente a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA).

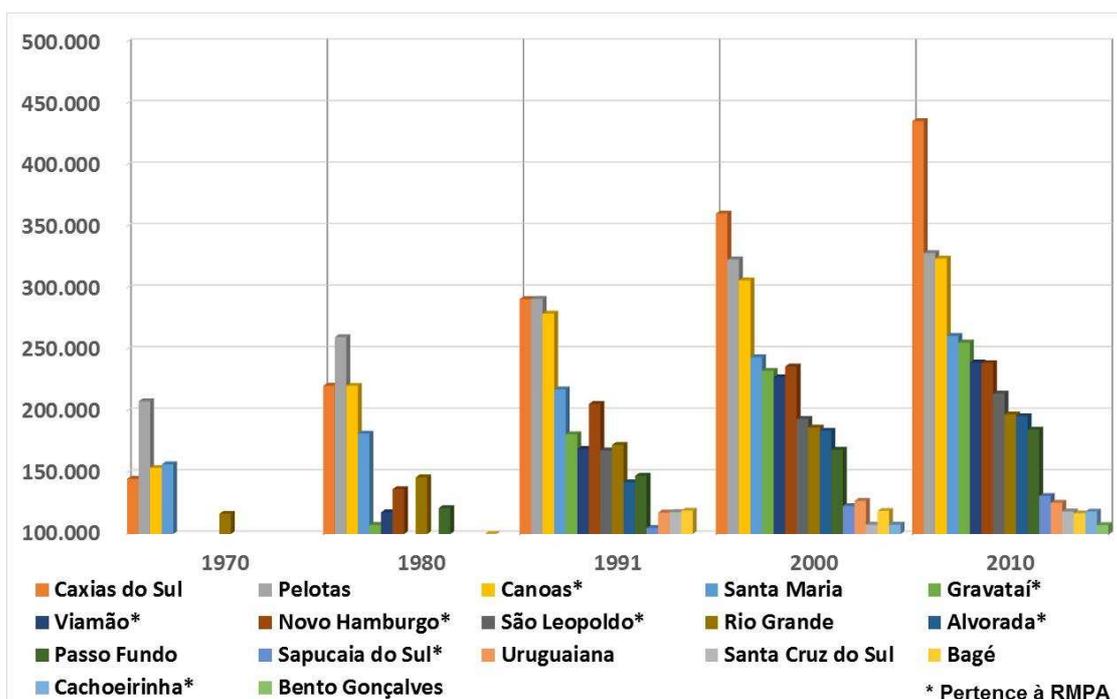


na década de 80 houve um aumento considerável da população dos municípios da RMPA e de Caxias do Sul, que se aproxima do porte populacional de Pelotas. Neste período, também superaram o porte populacional de 200 mil habitantes os municípios de Santa Maria e Novo Hamburgo;

d) Em 2000, Cachoeirinha, pertencente a RMPA entra no grupo com mais de 100 mil habitantes. Neste período, Caxias do Sul supera a população de Pelotas e ambas ultrapassam 300 mil habitantes, seguido por Canoas (Porto Alegre contava já com 1.360.590). Os municípios da RMPA continuam a ter um crescimento maior da população. Neste grupo, os municípios metropolitanos de Gravataí e Viamão também superam a população de mais de 200 mil habitantes;

e) Em 2010, a cidade de Caxias do Sul desponta como a de maior porte populacional, chegando a quase 440 mil habitantes. Entra para este grupo o município de Bento Gonçalves, localizado na atual formação metropolitana da serra gaúcha, que tem como polo a cidade de Caxias do Sul. Percebe-se um crescimento menos acelerado dos municípios da RMPA. Neste período a cidade de São Leopoldo também supera o porte populacional de 200 mil habitantes.

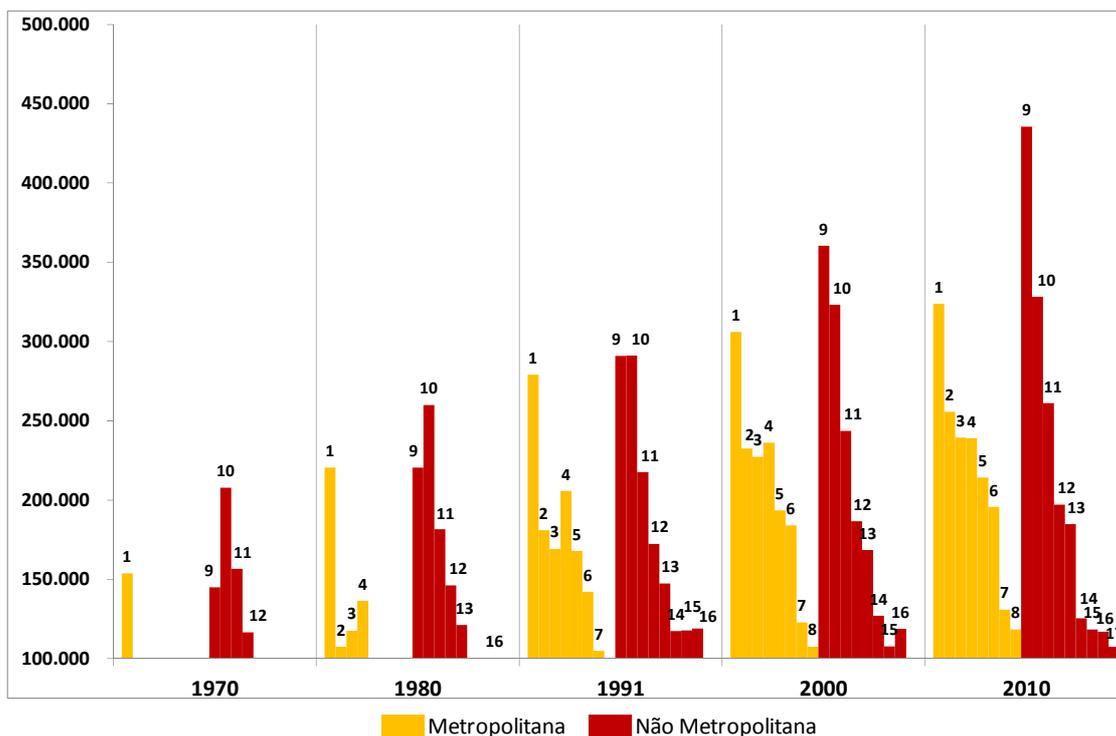
**Gráfico 2 - População dos municípios entre 100 a 500 mil habitantes, Rio Grande do Sul, 1970 a 2010**





Fonte de dados brutos: IBGE.

**Gráfico 3 - População dos municípios entre 100 a 500 mil habitantes, segundo localização (metropolitana e não metropolitana), Rio Grande do Sul, 1970 a 2010**



- |                 |                   |                 |                      |                    |
|-----------------|-------------------|-----------------|----------------------|--------------------|
| 1 Canoas        | 5 São Leopoldo    | 9 Caxias do Sul | 13 Passo Fundo       | 17 Bento Gonçalves |
| 2 Gravataí      | 6 Alvorada        | 10 Pelotas      | 14 Uruguaiana        |                    |
| 3 Viamão        | 7 Sapucaia do Sul | 11 Santa Maria  | 15 Santa Cruz do Sul |                    |
| 4 Novo Hamburgo | 8 Cachoeirinha    | 12 Rio Grande   | 16 Bagé              |                    |

Fonte de dados brutos: IBGE.

### 3.3 Crescimento Demográfico, concentração populacional e o papel das cidades médias no contexto estadual

Como já enfatizado anteriormente, as cidades de médio porte do Brasil destacaram-se na última década com as maiores taxas de crescimento populacional. Para o Rio Grande do Sul, conforme quadro 01, verificamos que a taxa de crescimento anual populacional das cidades com porte entre 100mil a 500 mil habitantes foi bastante expressiva, de 0,76%, considerando a taxa média de crescimento do Estado, de 0,49%. No entanto, as cidades que tiveram uma maior ampliação percentual da taxa de crescimento anual da população foram as que possuem população entre 20 mil a 50 mil habitantes, evidenciando também o processo de urbanização nos pequenos municípios.

*Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios  
Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 13 a 15 de setembro de 2017*



Em termos de crescimento absoluto, o maior aumento ocorreu nas cidades de porte médio, entre 100 mil a 500 mil habitantes, com acréscimo populacional de mais de 260 mil habitantes (quadro 01). Nesta faixa populacional encontravam-se (em 2010) 17 municípios do total de 496 do Estado, concentrando 34% da população total. Observamos, ainda, que estes contam com elevado grau de urbanização, de 96% e de densidade demográfica, que é 4 vezes maior que o índice dos municípios de faixa populacional entre 50 mil a 100mil habitantes<sup>5</sup>.

**Quadro 01- Indicadores Demográficos, por tamanho de município e por aglomerados urbanos, Rio Grande do Sul, 2010**

	CLASSIFICAÇÃO	POPULAÇÃO 2000 (ÁREAS COMPATÍVEIS COM 2010)	POPULA- ÇÃO 2010	Nº DE MUNIC. (EM 2010)	PARTI- CIPAÇÃO	GRAU DE URB.	DENS. DEMOG. (Hab/Km <sup>2</sup> )	TAXA DE CRESC. ANUAL	CRESC. ABSOLUTO 2000 A 2010
TAMANHO DE POPULAÇÃO (EM 2010)	Total do RS.....	10.187.798	10.693.929	496	100,0%	85,1%	39,8	0,49%	506.131
	Máximo	1.360.590	1.409.351		13,2%	100,0%	2.936,5	4,25%	75.145
	Mínimo	1.113	1.216		0,0%	5,5%	1,6	-3,29%	-8.385
	Menos e 20 mil hab	2.283.891	2.288.339	396	21,4%	56,5%	16,3	0,02%	4.448
	de 20 mil a 50 mil hab	1.599.831	1.741.617	58	16,3%	84,3%	27,1	0,85%	141.786
	de 50 mil a 100mil hab	1.612.791	1.663.011	24	15,6%	89,2%	40,0	0,31%	50.220
	de 100 mil a 500 mil hab	3.330.695	3.591.611	17	33,6%	96,0%	162,2	0,76%	260.916
mais de 500 mil hab	1.360.590	1.409.351	1	13,2%	100,0%	2.836,9	0,35%	48.761	
AGLOMERAÇÕES URBANAS	Total dos AU	5.193.866	5.629.331	69	52,6%	95,3%	212,9	0,81%	435.465
	Total Fora dos AU	4.993.932	5.064.598	427	47,4%	73,8%	20,9	0,14%	70.666
	RMPA.....	3.782.651	4.032.062	32	37,7%	96,9%	389,7	0,64%	249.411
	RMSG.....	622.246	735.276	12	6,9%	91,6%	163,2	1,68%	113.030
	AUSUL.....	557.216	578.034	5	5,4%	92,7%	91,1	0,37%	20.818
AULINORT.....	231.753	283.959	20	2,7%	86,7%	55,3	2,05%	52.206	

Fonte de dados brutos: IBGE.

As migrações internas representam um fator que contribui para a diminuição do ritmo de crescimento da população dos municípios de menor porte, tendo em vista os deslocamentos em direção aos municípios com maior população (ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RS). Muitos destes obtiveram taxas de crescimento negativas (51% dos municípios do Estado tiveram taxas negativas, sendo que deste percentual, somente 1% são de municípios com mais de 50 mil habitantes). No entanto, o fator locacional também influencia na concentração da população. Muitos

<sup>5</sup> O grau de urbanização é o percentual da população urbana sobre a população total do município. A densidade demográfica é a relação entre o número de habitantes e a área territorial do município, ou seja, o índice é obtido a partir da divisão da população total pela área do município em Km<sup>2</sup>.



municípios, mesmo os de menor porte, obtiveram altas taxas de crescimento populacional, especialmente aqueles localizados no litoral. Também obtiveram taxas de crescimento mais altas os municípios localizados nas duas Regiões Metropolitanas (Porto Alegre e Serra). Já nas regiões da Fronteira Oeste e Norte do Estado concentram-se os municípios com as menores taxas de crescimento populacional anual.(figura 01).

Comparando as taxas de crescimento populacional anual, no período compreendido entre 2000 a 2010, dos municípios agrupados conforme porte populacional (figura 01), constata-se:

- a) nos municípios menores, com até 20 mil habitantes, muitos apresentaram taxas negativas (234 municípios do grupo de 396), seguido pelos municípios da faixa populacional de 20 a 50 mil habitantes (29 do total de 88);
- b) também nos municípios de menor porte, com população de até 50 mil habitantes, foram os que apresentaram as maiores taxas de crescimento (muitos acima de 2%), estes, localizados principalmente no litoral, região metropolitana e serra (naturalmente, por possuírem população menor, o acréscimo ou o decréscimo da população em termos absolutos, mesmo que em números não muito expressivos, podem resultar em um percentual considerável);
- c) o grupo de municípios com faixa populacional entre 20 a 50 mil habitantes foi o que mais cresceu, obtendo uma taxa de crescimento anual de 0,85%, representando um aumento populacional absoluto importante de 141.786 habitantes, no entanto, o grupo apresentou variações bastante discrepantes (o fator locacional é determinante, tendo em vista que nenhum município com índice negativo faz parte de um aglomerado urbano);
- d) os municípios com população entre 50 a 100 mil habitantes obtiveram índices muito baixos de crescimento, sendo que do total de 24 municípios, somente 4 tiveram índice acima de 1% (não chegando a 2%): Lajeado (1,79%), Farroupilha (1,41%), Parobé (1,41%) e Campo Bom (1,07%), estes localizados, respectivamente, no eixo de expansão da RMPA, na serra, e as duas últimas, na RMPA. Este grupo, formado por 24 municípios teve 6 com taxa negativa e 8 abaixo da média do Estado;

**Figura 1 - Taxa geométrica de crescimento anual da população do Rio Grande do Sul, conforme porte populacional do município e total, 2000-2010**

VIII Seminário Internacional sobre

# Desenvolvimento regional

Territórios, redes e  
Desenvolvimento Regional:  
Perspectivas e Desafios



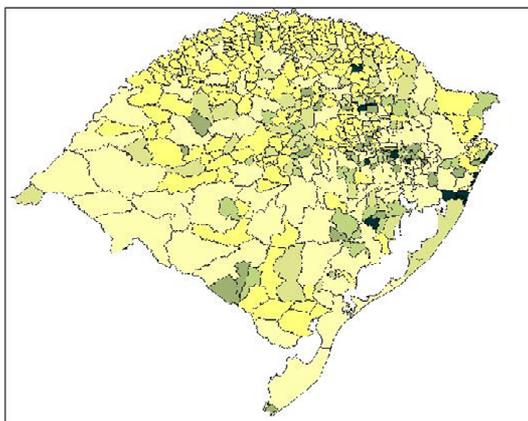
Programa de Pós-Graduação  
**Desenvolvimento  
Regional**  
mestrado e doutorado



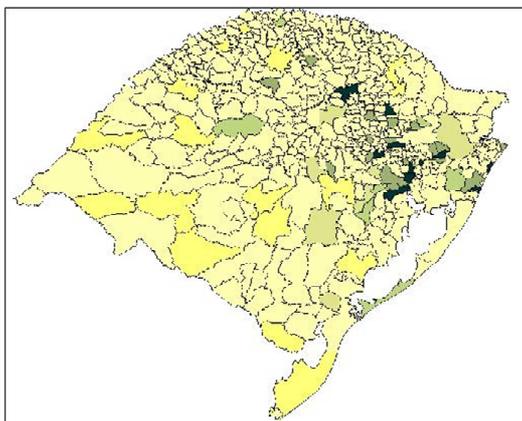
*Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios*  
*Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 13 a 15 de setembro de 2017*



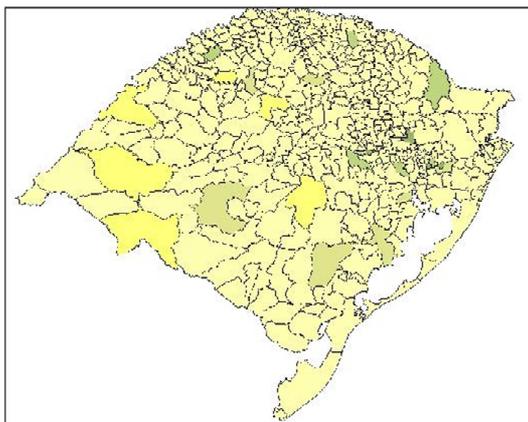
## TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL DA POPULAÇÃO DO RS 2000-2010, CONFORME TAMANHO DO MUNICÍPIO



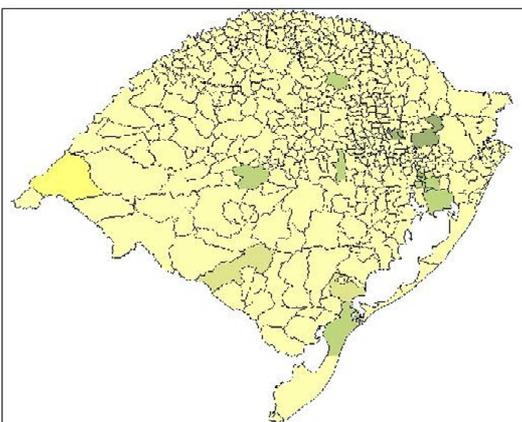
Municípios com população até 20 mil habitantes



Municípios com população entre 20 à 50 mil habitantes



Municípios com população entre 50 a 100 mil habitantes



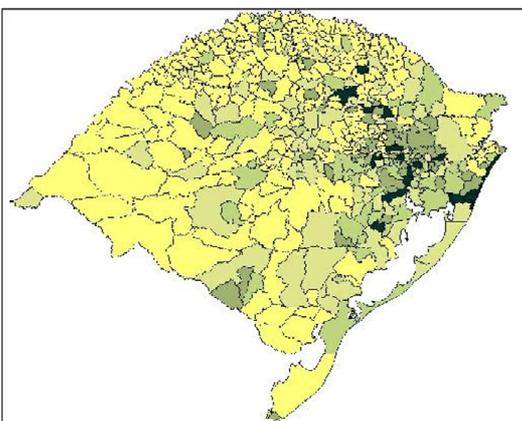
Municípios com população entre 100 a 500 mil habitantes

### LEGENDA

% aa

- fora do grupo de análise
- 3,30 a 0,00
- 0,00 a 0,50
- 0,50 a 1,00
- 1,00 a 2,00
- 2,00 a 4,30

Obs: a média do Estado é de 0,49%



Todos os Municípios do Estado RS



Fonte dos dados brutos: IBGE.

e) o grupo de municípios com população entre 100 a 500 mil habitantes apresentou índices menos discrepantes, tendo somente um município com índice negativo, Uruguaiana (-0,12%), localizada na fronteira Oeste. Com exceção de Pelotas (0,24%), Bagé (0,17%) e Novo Hamburgo (0,12%), os outros municípios apresentaram índices acima da média do Estado (0,49%). Os municípios com maiores índices (acima de 1%) são: Caxias do Sul (1,91%), Bento Gonçalves (1,61%), ambos na serra e São Leopoldo (1,01%) na RMPA;

f) ainda no grupo de municípios com população entre 100 a 500 mil habitantes, verificamos que quase todos pertencem a aglomerados urbanos (destacamos que no aglomerado urbano do litoral não há municípios com porte maior do que 50 mil habitantes). Exceção dos municípios de Santa Cruz do Sul, que integram o eixo de expansão da RMPA, e Passo Fundo e Santa Maria, que se constituem como importantes polos regionais. Também não fazem parte de aglomerados urbanos os municípios de Bagé, localizado na fronteira sudoeste, e Uruguaiana, na fronteira oeste, que tiveram índices muito baixos.

g) percebe-se no mapa com todos os municípios uma mancha das maiores taxas de crescimento concentrada em torno de Porto Alegre: em direção a serra (Caxias do Sul), em direção ao litoral, em direção ao sul e em direção a Santa Cruz e Lajeado/Estrela.

Verificamos, assim, nas análises aqui propostas, que dois fatores foram preponderantes no crescimento populacional dos municípios, o seu porte e a sua localização regional. Os municípios maiores (acima de 100 mil habitantes) concentram a população e continuam crescendo demograficamente, sobretudo às de médio porte. Porto Alegre cresce em ritmo menos acelerado, abaixo dos índices da maior parte das cidades médias e perdendo em termos absolutos para Caxias do Sul. Já o fator locacional influencia no desenvolvimento das cidades, mesmo as de menor porte. Um município pequeno localizado numa aglomeração urbana se beneficia das vantagens que o meio aglomerativo oferece, diferente de um município pequeno que não está. Neste sentido, Barcellos e Mammarella (2010, p.236) questionam sobre a proliferação de pequenos municípios que ocorreu no Rio Grande do Sul em um período de tempo tão curto (de 1980 a 2000 foram criados 235 municípios), lançando a reflexão sobre a



capacidade administrativa e competência destes para o desenvolvimento local ou regional, no entanto, ressaltam:

Evidentemente, é diferente a situação do município de pequeno porte que esteja localizado, ou não, em alguma formação aglomerativa. Em caso positivo, a repercussão é minimizada pelo fato de se integrar no contexto da sinergia regional; em outros casos, o risco é de vivenciar um relativo isolamento no que diz respeito as vantagens da urbanização.

Já os municípios de maior porte populacional tendem a receber fluxos decorrentes dos deslocamentos de pessoas que procuram usufruir dos serviços urbanos especializados que estas oferecem ou para trabalho e estudo. Neste sentido, os estudos sobre os movimentos pendulares (deslocamento cotidiano das populações entre o local de residência e o local de trabalho ou estudo), vêm demonstrando que a mobilidade esta no centro da questão aglomerativa, propiciando fluxos mais complexos e a diferenciação de funções entre municípios (RIBEIRO, 2009).

Conforme estudo de Barcellos e Jardim (2008), o Rio Grande do Sul apresenta mobilidade pendular bastante elevada, especialmente entre aglomerações urbanas e no interior das mesmas, sendo o destino majoritário a Região Metropolitana de Porto Alegre.

As aglomerações urbanas representam, assim, a grande expressão da urbanização do Rio Grande do Sul, refletindo o padrão de concentração da população. Estas possuem 52,6% da população total do Estado e obtiveram, na última década, um acréscimo populacional de 435.465 novos habitantes, sendo que no conjunto das demais regiões do estado o crescimento da população foi seis vezes menor, totalizando 70.666 pessoas (quadro 01). Entre as aglomerações urbanas, destaca-se, sobretudo, a região metropolitana de Porto Alegre, com 37% da população, que conta ainda, com uma área de expansão não institucionalizada, que se estende ao norte, em direção a Caxias do Sul e para o oeste, alcançando Lajeado /Estrela e Santa Cruz do Sul<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Alonso (2003, p102) utiliza a definição de Região Perimetropolitana de Porto Alegre (RPPA) para designar os municípios do entorno da RMPA: *“A noção de Região Perimetropolitana foi Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 13 a 15 de setembro de 2017*



Conforme Heidrich, *et al* (2016) a RMPA tem seguido as tendências das metrópoles mundiais, observando-se o fenômeno da desconcentração e a fragmentação metropolitana. Estas tendências são evidenciadas pelas mudanças na estrutura socioespacial ocorridas nos últimos anos, tais como a realocização e desconcentração dos espaços industriais em setores perimetropolitanos, a incorporação de novos territórios e a tendência à integração com outras aglomerações urbanas.

No entanto, o padrão de concentração, do ponto de vista da distribuição espacial, pode ser relativizado, tendo em vista uma certa dispersão dos aglomerados e dos principais núcleos urbanos, que trazem uma perspectiva favorável ao equacionamento de problemas de desenvolvimento regional (BARCELLOS; MAMMARELLA, 2010). Neste sentido, as cidades médias não metropolitanas, possuem um papel importante na desconcentração do desenvolvimento e na formação de aglomerações, conforme destacam Campos e Silveira (2016, p.70): “*Os processos de urbanização e de dinâmica socioespacial em aglomerações urbanas não metropolitanas quase sempre resultam do desenvolvimento e articulação de cidades médias*”.

Neto, *et al.* (2017, p.57), assim explanam sobre o papel articulador destas cidades no âmbito da rede urbana:

As cidades médias têm duas funções que podem ocorrer de forma mais ou menos acentuada: potencializar e viabilizar o desenvolvimento local-regional e ofertar de forma intermediária serviços que seriam disponibilizados apenas nas cidades maiores. Por conta disso, têm um grande papel articulador e geram mudanças nas relações de centralidade e dependência das cidades menores em relação às de maior hierarquia urbana.

No âmbito das dinâmicas de produção do espaço, considerando o atual processo de globalização, as cidades médias, apesar de terem suas particularidades locais, seguem tendências universais. Tal como nas grandes metrópoles, estas também apresentam quadro de desigualdade de acesso à cidade e segregação

---

*extraída de Rio Grande do Sul (1974). [...] Trata-se de um recorte que circunda parcialmente a RMPA e representa uma área de transição entre esta formação e o Aglomerado Urbano do Nordeste, sendo, portanto, uma área de expansão dessas duas aglomerações. Em 1974, esse recorte contava com 42 municípios e, em 2001, com 53”.*

*Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspectivas e Desafios  
Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 13 a 15 de setembro de 2017*



sócioespacial, sobretudo nos últimos 20 anos, com o aumento populacional considerável (CAMPOS; SILVEIRA, 2016). Assim, evidencia-se a importância de uma agenda de planejamento urbano destas cidades, numa perspectiva local, mas também contemplando sua articulação com o planejamento regional e com as políticas nacionais de desenvolvimento territorial.

## Conclusão

No debate sobre os processos de urbanização é importante destacar o papel das cidades médias, considerando que estas exercem a função de articuladoras da rede urbana.

A pesquisa propôs demonstrar o crescimento das cidades médias do Rio Grande do Sul em termos demográficos e sua relação com a urbanização no contexto regional e estadual. Assim, se identificou um processo de concentração populacional em aglomerados urbanos e em cidades de maior porte, cujo ponto de centralidade parte da região metropolitana de Porto Alegre, com maior concentração populacional, mas se expandindo sobre o território, polarizando a urbanização, muito em função da distribuição espacial das cidades médias não metropolitanas.

Os dados analisados evidenciam dois fatores que foram preponderantes no crescimento populacional dos municípios do Rio Grande do Sul no período de 2000 a 2010: o seu porte e a sua localização regional. Os municípios de porte médio, com população total entre 100 a 500 mil habitantes foram os que mais cresceram em termos absolutos de aporte populacional, sendo que do total dos 17 municípios, somente Uruguaiana apresentou taxa de crescimento anual negativa. Já os municípios de menor porte populacional, com até 50 mil habitantes, tiveram taxas de crescimento anual bastante discrepantes. Os municípios pequenos, localizados em aglomerações urbanas, obtiveram taxa de crescimento anual muito altas em relação à média estadual, muitas acima de 2%, demonstrando a influência do fator locacional.

Os dados analisados também apontam que as cidades médias não metropolitanas obtiveram um aporte populacional considerável nas últimas décadas, despontando como importantes articuladoras na desconcentração espacial do desenvolvimento econômico, à medida que são os pivôs da formação dos aglomerados urbanos não metropolitanos. Esta realidade nos leva a refletir sobre a



importância de novos estudos que analisem as transformações do espaço urbano que estas cidades médias experimentam. As dinâmicas socioespaciais tendem a espelhar os processos que já ocorrem nas metrópoles, com graves consequências, como a crescente desigualdade socioespacial e a perda da qualidade de vida dos seus habitantes.

Neste cenário, se faz igualmente importante a implementação de uma agenda de planejamento urbano coerente com a realidade local de cada cidade, mas entendendo a tendência de um processo estrutural da nossa sociedade, de base capitalista periférica e com grandes desigualdades, que repercute em graves desajustes no processo de urbanização, refletindo, sobretudo, em injustiças sociais (MARICATO, 2010). Para reversão deste quadro, as cidades de médio porte estão em vantagem, pois são as que mais possuem condições de barrar estes processos, ou minimiza-los, tendo em vista que ainda não possuem o grande passivo de problemas urbanos acumulados comparados as grandes metrópoles.

## Referências

ALONSO, Antônio; BANDEIRA, Pedro. **Crescimento inter-regional no RS, nos anos 80**. In: ALMEIRA, Pedro (Coord.). A economia gaúcha e os anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira. 67-130. Porto Alegre: FEE, 1990.

ALONSO, Antônio. **O cenário regional gaúcho nos anos 90: convergência ou mais desigualdade?** Indicadores Econômicos FEE. 97-118. Porto Alegre, v. 31, n. 3. Nov.2003.

ALONSO, Antônio. **A emergencia de aglomerações não metropolitanas no Rio grande do Sul**. Indicadores Econômicos FEE. 1-20. Porto Alegre, v. 37, n. 3. Nov.2009.

AMORIM FILHO, Oswaldo; SERRA, Rodrigo. **Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional**. In: ANDRADE, Thompson; SERRA, Rodrigo (org.). Cidades Médias Brasileiras. 1-34. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

ATLAS SOCIOECONÔMICO DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <<http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/default.asp>>. Acesso em: 17 fev. 2017.

BARCELLOS, Tanya; MAMMARELLA, Rosetta. **Processos e territorialidades na urbanização do RS**. In: CONCEIÇÃO, Octávio et al. (Org.). A evolução social. 211-240. Porto Alegre: FEE, 2010. (Três décadas de economia gaúcha, 3).



BARCELLOS, Tanya; JARDIM, Maria de Lourdes. **Movimentos pendulares no Rio Grande do Sul: um foco sobre as aglomerações urbanas.** [2008]. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/tedes/movimentos-pendulares-no-rio-grande-do-sul-um-foco-sobre-as-aglomeracoes-urbanas/>>. Acesso em: 21 fev. 2017.

BRANCO, Maria. **Cidades Médias no Brasil.** In: SPOSITO, Maria Encarnação. Cidades médias: espaços em transição. 245 - 364. Expressão Popular: São Paulo, 2007.

CAMPOS, Heleniza; SILVEIRA, Rogério. **Urbanização e dinâmica socioespacial nas aglomerações urbanas da Região dos Vales, RS.** In: HEIDRICH, Álvaro; et al (org.). Estrutura e dinâmica socioespacial das aglomerações urbanas em tempos de globalização. 7-24. Porto Alegre: Letra1, 2016.

CORRÊA, Roberto. **Construindo o conceito de cidade média.** In: SPOSITO, Maria Encarnação. Cidades médias: espaços em transição. 23-34. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

HEIDRICH, Álvaro; TARTARUGA, Iván; FEDOZZI, Luciano; et al. **Introdução.** In: HEIDRICH, Álvaro; et al (org.). Estrutura e dinâmica socioespacial das aglomerações urbanas em tempos de globalização. 7-24. Porto Alegre: Letra1, 2016.

IPEA, IBGE e UNICAMP. **Caracterização da Rede Urbana Brasileira – Região Sul.** Brasília: IPEA, 2000.

MARICATO, Ermínia. **O Estatuto da Cidade Periférica.** In: CARVALHO, Celso; ROSSCACH, Ana Claudia. O estatuto da cidade comentado. São Paulo: Ministério das cidades, 2010.

NETO, Aristides; COSTA, Marco; RESENDE, Guilherme; et al. **Desenvolvimento Territorial no Brasil:** reflexões sobre políticas e instrumentos no período recente e propostas de aperfeiçoamento. In: NETO, Aristides; CASTRO, César; BRANDÃO, Carlos. Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas. 37-64. Rio de Janeiro: Ipea, 2017.

RIBEIRO; Luiz (coord.). **Movimento Pendular da população na região Sul:** Relatório de atividades 4. [2009]. Disponível em: <[http://www.observatoriodasmetroles.net/obs/images/abook\\_file/pendular\\_sul.pdf](http://www.observatoriodasmetroles.net/obs/images/abook_file/pendular_sul.pdf)>. Acesso em: 21 fev. 2017.

SOARES, Paulo. **A urbanização no Rio Grande do Sul: as cidades médias e o território.** In: PEREIRA, E. M. e DIAS, L. C.(Org.). As cidades e a urbanização no Brasil: passado, presente e futuro. 211-228. Florianópolis: Insular, 2011.